



**TERMO DE REFERÊNCIA
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)**

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SRA/RS

PREGÃO SRP Nº 03/2020

(Processo Administrativo nº 11080.101384/2020-11)

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico remoto 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo disponibilização de equipamentos em regime de comodato e suporte especializado para fins de conservação da segurança das instalações desta Superintendência Regional de Administração no Estado do Rio Grande do Sul (SRA/RS) e Órgãos Jurisdicionados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

SRA/RS				MINISTÉRIO DA ECONOMIA -	CATSERV 00002386-8	
Locais	Órgão	Municípios	Endereço	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado 20 meses	
1	SRTb/RS	Bagé	Avenida Barão do Triunfo, 1024 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
2	PRFN 4ª R	Bento Gonçalves	Avenida Planalto, 901 - Bairro São Bento	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
3	PRFN 4ª R	Caxias do Sul	Avenida Júlio de Castilhos, 150 - Bairro Nossa Sra. de Lourdes	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
4	SRTb/RS	Ijuí	Avenida Coronel Dico, 671 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
5	PRFN 4ª R	Lajeado	Rua Irmão Emilio Conrado, 120 - Bairro Florestal	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
6	SRTb/RS	Lajeado	Avenida Benjamin Constant, 1058 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
7	SRTb/RS	Palmeira das Missões	Rua Nicolau Borges Lutz, 84 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
8	PRFN 4ª R	Passo Fundo	Rua Antônio Araújo, 1190 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
9	PRFN 4ª R	Pelotas	Rua Quinze de Novembro, 667 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
10	SRTb/RS	Pelotas	Avenida São Francisco de Paula, 1985 - Bairro Areal	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
11	PRFN 4ª R	Porto Alegre	Depósito – Av. Polônia, 226 - Bairro São Geraldo	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
12	SRTb/RS	Rio Grande	Rua General Neto, 386 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
13	SRTb/RS	Santa Cruz do Sul	Avenida Independência, 76 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
14	PRFN 4ª R	Santa Maria	Rua Venâncio Aires, 1851 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
15	SRTb/RS	Santa Maria	Rua Vale Machado, 1390 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
16	SRTb/RS	Santa Rosa	Avenida Santa Cruz, 592 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
17	PRFN 4ª R	Santana do Livramento	Rua Sete de Setembro, 920 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
18	PRFN 4ª R	Santo Ângelo	Rua Florêncio de Abreu, 1660 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
19	SRTb/RS	Santo Ângelo	Rua Duque de Caxias, 747 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	
20	SRTb/RS	São Borja	Rua Eddie Freire Nunes, 1966 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40	

21	SRTb/RS	Uruguiana	Rua dos Andradas, 1387 - Bairro Centro	R\$ 1.238,92	R\$ 24.778,40
		21 Locais	VALOR TOTAL MENSAL / 20 MESES	R\$ 26.017,32	R\$ 520.346,40

1.1.1. A contratação, via Registro de Preços, do serviço de Monitoramento Eletrônico irá atender inicialmente esta Superintendência Regional de Administração no Estado do Rio Grande do Sul e seus Órgãos Jurisdicionados: neste Pregão Eletrônico a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região (PRFN 4ª R) e as unidades seccionais da Superintendência Regional do Trabalho (SRTb/RS), totalizando 21 (vinte e um) locais em 17 (dezessete) municípios.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de **serviço comum de natureza continuada**.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.5. A licitação será realizada em **grupo único**, formado por 21 (vinte e um) itens, conforme tabela constante neste Termo de Referência, devendo o **licitante oferecer proposta para todos os itens** que o compõem.

1.6. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global do grupo**, considerando o período de 20 (vinte) meses, **observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos** quanto às especificações do objeto.

1.7. O prazo de vigência do contrato é de **20 (vinte) meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o **limite de 60 (sessenta) meses**, com base no artigo 57, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

1.8. O serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes engloba a instalação dos equipamentos de segurança, a cessão dos equipamentos em regime de comodato, manutenção preventiva e corretiva e o serviço de pronta resposta.

1.9. O aspecto principal da presente contratação, e para o qual será exigida comprovação da capacitação técnico-operacional, é o **serviço de Monitoramento do Sistema de Alarme**. Esse aspecto **essencial** do serviço, que **não possibilita subcontratação, não poderá ser atribuído a outra empresa** além da futura Contratada.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Apêndice I** deste Termo de Referência.

2.2. A Superintendência Regional de Administração no Estado do Rio Grande do Sul, como gestora dos imóveis do Ministério da Economia neste Estado, possui a responsabilidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio nos imóveis e naqueles imóveis dos Órgãos Jurisdicionados, sendo que para atender a essa atribuição é necessária a contratação de empresa especializada no serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes.

2.3. O Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes se destina à detecção e ao tratamento de eventos com o consequente acionamento das autoridades competentes, quando verificadas ocorrências de intrusão no ambiente vigiado. O serviço de Monitoramento Eletrônico atuará de forma sistemática, no sentido de resguardar a integridade física dos funcionários, e ainda, a preservação do patrimônio das instalações, evitando prejuízos ao erário.

2.4. Do ponto de vista orçamentário, o serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes é uma alternativa de segurança patrimonial que pode reduzir drasticamente o custo do órgãos públicos com a contratação dos serviços de vigilância e vigia.

2.5. A Equipe de Planejamento desta Superintendência Regional analisou o mercado e verificou que a melhor alternativa para conservação da segurança dos imóveis do Ministério da Economia localizados neste Estado, diante do atual cenário de alterações regimentais e cortes orçamentários nas unidades que compõem o Ministério da Economia, é a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes com a disponibilização dos equipamentos em regime de comodato.

2.6. A contratação, via Registro de Preços, do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes irá atender dentro do Estado do Rio Grande do Sul, esta Superintendência Regional de Administração em seus Órgãos Jurisdicionados: a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região (PRFN 4ª R e Seccionais) e a Superintendência Regional do Trabalho em suas Seccionais (SRTb/RS), totalizando 21 (vinte e um) locais em 17 (dezessete) municípios.

2.7. Ressalte-se que a contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes representa uma alternativa para substituir os contratos distintos de vigilância armada ou não da SRTb/RS que estarão se encerrando no mês de setembro de 2020.

2.8. Em virtude da criação do Ministério da Economia no ano de 2019, a SRA/RS necessita formatar contratações que atendam os seus Órgãos Jurisdicionados por meio da unificação de contratos similares com vigências distintas, considerando o contexto de indefinição orçamentária do governo federal.

2.09. Diante do atual cenário de indefinições orçamentárias e regimentais por parte do Ministério da Economia, a SRA/RS enquadrou a demanda por contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes, via registro de preços, com base no artigo 3º, incisos III e IV do Decreto nº 7.892/2013.

2.10. Prevendo uma economia de escala pela vantajosidade da aglutinação das cidades em uma contratação de item único, a modalidade mostra-se economicamente viável, pois caso existam empresas interessadas em contratar o serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes, os custos seriam repassados à administração com valores diferenciados para um único objeto, além da possibilidade de obtermos itens desertos, acarretando novos custos na preparação de outros procedimentos licitatórios, além dos custos administrativos para a União com novas publicações em jornais de grande circulação e levando-se em conta a escassez de recursos humanos vivenciada na Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares,

Apêndice I deste Termo de Referência, e abrange o Registro de Preços para a prestação do serviço continuado de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes no regime de 24 (vinte e quatro horas) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, com fornecimento de equipamentos em regime de comodato, bem como suporte especializado para fins de manutenção da segurança dos prédios, instalações, móveis e equipamentos da SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados.

3.2. Para atender a demanda da SRA/RS e dos Órgãos Jurisdicionados, a contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes consistirá no seguinte: a) prestação dos serviços de instalação dos equipamentos de segurança; b) Monitoramento por sistema de alarmes; c) cessão dos equipamentos em regime de comodato d) manutenção preventiva e corretiva; e) serviço de pronta resposta.

3.3. Quando da constatação na violação das dependências monitoradas, a Contratada deverá imediatamente contatar a polícia local, bem como o servidor responsável pela edificação, além de assegurar o serviço de pronta resposta.

3.4. O Sistema de Monitoramento Eletrônico deverá detectar as seguintes situações: intrusão, arrombamento, invasão, ações de vandalismo dentre outros acessos indevidos às dependências da SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados.

3.5. A Contratada deverá restabelecer a prestação do serviço de Monitoramento Eletrônico o mais breve possível, limitado a 12 (doze) horas o prazo máximo de atendimento da manutenção corretiva.

3.6. Realizar o serviço de Pronta Resposta, em um prazo máximo de 20 (vinte) minutos, sujeito a sanções pelo não cumprimento.

3.7. A Contratada deverá: realizar visita técnica nos locais onde o serviço será prestado, apresentar à Contratante documento com a planta de disposição dos equipamentos de segurança dos locais a serem Monitorados Eletronicamente e instalar os equipamentos e sistemas de segurança no prazo de 15 (quinze) dias após a ordem de serviço emitida pela SRA/RS, sujeito a sanção contratual no caso do não cumprimento.

3.8. A Contratada deverá manter os equipamentos e infraestrutura instalados em perfeito funcionamento, efetuando manutenção periódica, preventiva e corretiva, consertando ou substituindo de imediato os que sofrerem danos e arcando exclusivamente com todos os custos decorrentes destes serviços.

3.9. Deverão ser instaladas em local visível do público e transeuntes, placas de identificação com telefone da empresa Contratada, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorado.

3.10. A Contratada deverá fornecer Relatórios Mensais de monitoramento, durante todo o período de execução do contrato, contendo todas as ocorrências, incidentes e eventos, bem como os acionamentos aos órgãos de Segurança Pública e devidos registros (Boletim de Ocorrência), socorro médico e outros, dependendo da necessidade.

3.11. A empresa Contratada deverá prestar os serviços de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes, **não podendo subcontratar o serviço de instalação dos equipamentos, de manutenção preventiva e corretiva, apenas podendo subcontratar o serviço de pronta resposta**, mediante prévia e expressa autorização da SRA/RS.

3.12. A Contratada deverá manter serviço centralizado de atendimento 24 horas (0800 ou equivalente, e celular) para registros, encaminhamentos e acompanhamentos de incidentes, ocorrências e eventos.

3.13. A Contratada deverá possuir e disponibilizar o serviço APP mobile do software de gerenciamento da central de monitoramento 24h, disponível para o Contratante a ser instalado em celulares com sistema Android, com configuração para recepção de eventos de alarme e o acionamento de botão antipânico nos locais de prestação de serviços.

3.14. A Contratada deve reavaliar periodicamente, no imóvel onde o serviço é prestado, os riscos reais e/ou potenciais de ocorrência de arrombamentos, identificando vulnerabilidades, de forma a possibilitar a alteração do tipo, quantidade ou localização dos sensores e acessórios utilizados, buscando melhor atender integral e continuamente o objeto da licitação.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. O Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes se destina à detecção e ao tratamento de eventos com o consequente acionamento das autoridades competentes, quando verificadas ocorrências de intrusão no ambiente vigiado. O serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes atuará de forma sistemática, no sentido de resguardar a integridade física dos funcionários, e ainda, a preservação do patrimônio das instalações, evitando prejuízos ao erário.

5.1.2. Quando da constatação da violação das dependências monitoradas, a Contratada deverá imediatamente contatar a polícia local, bem como o servidor responsável pela edificação, além de assegurar o serviço de pronta resposta.

5.1.3. A vigência do contrato será de 20 (vinte) meses, podendo ser rescindido ou prorrogado, nos termos da Lei nº 8.666/93.

5.1.4. O serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes engloba o monitoramento propriamente dito, a instalação dos equipamentos de segurança, a cessão dos equipamentos em regime de comodato, manutenção preventiva e corretiva e o serviço de pronta resposta.

5.1.5. A Contratada deverá arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes.

5.1.6. O serviço de Monitoramento Eletrônico tem por finalidade detectar eventos, ocorrências e incidentes, e enviá-los via comunicação de dados para a central de monitoramento da Contratada de forma on-line e durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para que as providências cabíveis sejam tomadas de acordo com a situação verificada.

5.1.7. O Sistema de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes deverá detectar as seguintes situações: intrusão, arrombamento, invasão, ações de vandalismo dentre outros acessos indevidos às dependências da SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados.

5.1.8. O kit do sistema de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes (Sistema por GPRS - Satélite/ Internet) envolve, entre outros, os seguintes equipamentos e similares:

EQUIPAMENTOS ENVOLVIDOS NO KIT DO SISTEMA DE ALARMES

- Central de alarme
- Caixa de Proteção
- Fonte de Alimentação
- Teclado de acesso para realização das operações
- Bateria selada 12 v X 7ah
- Sirene piezoelétrica de 120 Db
- Sensor IVP (infravermelho passivo)
- Sensor DG 75 Semi Externo
- Sensor de Abertura
- Receptor
- Controle Liga/desliga 433
- Comunicador GPRS com Conector
- Antena externa
- Botão de Pânico
- Chip GPRS
- Placa indicativa de que o local é monitorado

5.1.9. Para a contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes, fica estabelecido que os equipamentos de segurança serão disponibilizados em regime de comodato.

5.1.10. A Contratante não fornecerá ou disponibilizará nenhum equipamento, pessoal ou transporte, bem como não permitirá a utilização de sua infraestrutura e de seus links de dados para a prestação do serviço, em qualquer etapa. Ressalva-se, apenas, o fornecimento de energia elétrica que poderá ser utilizada da rede da SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados, respeitando os padrões e normas estabelecidas pela Contratante.

5.1.11. O serviço de Monitoramento Eletrônico deverá ser dotado de equipamentos para Monitoramento por Sistema de Alarmes, atendendo as especificações mínimas definidas neste Termo de Referência.

5.1.12. A empresa Contratada deverá prestar os serviços de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes, **não podendo subcontratar o serviço de instalação dos equipamentos, de manutenção preventiva e corretiva**, apenas podendo subcontratar o serviço de pronta resposta, mediante prévia e expressa autorização da SRA/RS.

5.1.13. O serviço de Manutenção Preventiva contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais de operação e monitoramento, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, reparos de pequenos componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulação, inspeção, calibração e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo sistema interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.

5.1.14. O serviço de Manutenção Corretiva contempla os serviços de manutenção não programada, baseada na interrupção do monitoramento ou do funcionamento do sistema decorrente de falha ou defeito nos equipamentos, periféricos ou na infraestrutura, identificados por meio de diagnóstico, bem como da correção de anormalidades, da realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento, e também na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema.

5.1.15. A Contratada fica responsável por quaisquer danos que, por falha de sistema ou equipamento, forem decorrentes de eventos não registrados, devendo ressarcir o prejuízo à Contratante ou a terceiros.

5.1.16. A Contratada deverá restabelecer a prestação do serviço de Monitoramento Eletrônico o mais breve possível, limitado a 12 (doze) horas o prazo máximo de atendimento da manutenção corretiva.

5.1.17. Em não havendo o restabelecimento no prazo de até 12 (doze) horas, será considerado o serviço não prestado na localidade, sendo a Contratada descontada do valor mensal referente ao somatório dos itens que compõem o serviço de monitoramento da edificação/unidade em questão.

5.1.18. Em caso de ocorrência ou incidente que venha a vulnerabilizar as instalações (inclusive falta de energia ou desenergização), ou ainda, impossibilitar o perfeito funcionamento do sistema monitorado, a Contratada deverá disponibilizar imediatamente medida de contingência no local até que seja providenciado o total restabelecimento das condições de segurança.

5.1.19. A Central de Alarme deve possuir as seguintes características específicas:

- a) Funcionamento mediante sensores de movimento anti-intrusão (infravermelho passivo wireless);
- b) Compatível com a maioria dos sensores de fabricação nacionais ou importados, disponíveis no mercado, e através de seus diferentes formatos e protocolos de comunicação;
- c) Capacidade para registro de 100 códigos de usuários (senhas individualizadas de no mínimo 06 dígitos);
- d) Possuir capacidade de programação e alteração via teclado, linha fixa na central de controle, TCP/IP via rede de informática e dos códigos de acesso (arme e desarme);
- e) Possuir, no mínimo, duas saídas programáveis para automação do sistema de iluminação;
- f) Possuir arme por horário pré-programado;
- g) Possuir relógio interno;
- h) Possuir discador digital embutido na própria placa;
- i) Possuir capacidade de transmitir pânico policial, médico, fogo ou assalto com refém através do teclado, em qualquer horário de acionamento simultâneo de sirene ou silencioso;
- j) Possuir sistema de no break de 3h (três horas), possibilitando ampliação de operação por tempo mínimo de 24h (vinte e quatro

horas) em caso de interrupção na rede de alimentação de energia elétrica;

k) Registros (Buffer) de no mínimo 256 eventos, com registro de data e horário;

l) Supervisão programável de linha telefônica;

m) Capacidade de acionamento de sirene em caso de alarme induzido ou por violação;

n) Programar tempo de acionamento de sirene;

o) Capacidade de reconhecer outros tipos de sensores existente no mercado; sensor magnético (para uso em aberturas, portas e janelas), sensor Ativo/Passivo (infravermelho e microondas) para uso em ambientes externos;

p) Possuir sistema de auto teste, detectando e informando periodicamente ao Centro de Controle eventuais falhas nos sensores ou falta de energia elétrica;

q) Vir acompanhada de todos os acessórios e equipamento indispensáveis ao funcionamento e plena operacionalidade do sistema de alarme eletrônico, tais como: transformador, bateria, teclado, fiação e outros;

r) Possuir funções que permitam a programação do tempo de entrada e saída de todos os setores/zonas sensoreadas, individual ou coletivamente;

s) Permitir a desabilitação/habilitação de zonas (áreas sensoreadas) através de senha ou pré-programas;

t) Possuir tensão de operação compatível com a localidade de prestação de serviço;

u) Permitir a comunicação com a Central de Monitoramento através da rede telefônica pública fixa, Link ADSL, rede TCP/IP ou GPRS, tanto pelo sistema analógico como pelo digital, através de programação na própria central;

v) Possuir função programável que permita sua identificação no Centro de Controle computadorizado de forma única;

x) Capacidade de instalação de no mínimo 2 teclados, devendo vir acompanhada de teclado para digitalização dos códigos de acesso e para programação local;

z) Identificar e reconhecer, no mínimo, 2 (dois) sensores anti-fumaça, permitindo o monitoramento e ativação deste sensor permanentemente durante 24 horas mesmo com os demais sensores desativados.

5.1.20. Deverão ser instaladas em local visível do público e transeuntes, placas de identificação com telefone da empresa Contratada, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorado.

5.1.21. A Contratada deverá fornecer relatórios mensais de monitoramento, durante todo o período de execução do contrato, contendo todas as ocorrências, incidentes e eventos, bem como acionamentos aos órgãos de Segurança Pública e devidos registros (Boletim de Ocorrência), socorro médico e outros, dependendo da necessidade.

5.1.22. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via email; por telefone e pessoalmente, quando necessário.

5.1.23. A Contratada deverá fornecer relatórios das visitas quando da manutenção preventiva, bem como das manutenções corretivas, quando estas ocorrerem.

5.1.24. Será utilizado para fins de acompanhamento da execução contratual o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) que visa a estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

5.1.25. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Geral de Preços e Mercado, da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.1.26. A Contratada deverá manter os equipamentos e infraestrutura instalados em perfeito funcionamento, efetuando manutenção periódica, preventiva e corretiva, consertando ou substituindo de imediato os que sofrerem danos, arcando, exclusivamente, com todos os custos decorrentes destes serviços.

5.1.27. A Contratada deverá prestar o atendimento adequado em caso de qualquer ocorrência, através de equipe especializada e viatura identificada, deslocando estes profissionais imediatamente até o local, comunicando o fato aos respectivos gestores e fiscal do contrato, bem como aos órgãos de Segurança Pública (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, etc.), conforme o caso.

5.1.28. A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Gestor do contrato caso ocorra qualquer anormalidade ou fato que mereça investigação, baseado nas imagens *on-line*, e enviar relatório contendo as informações da ocorrência.

5.1.29. Realizar o serviço de Pronto Resposta, em um prazo máximo de 20 (vinte) minutos, sujeito a sanções pelo não cumprimento.

5.1.30. Manter durante a execução contratual, todas as obrigações assumidas quanto à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.1.31. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações tributárias, fiscais, civis, comerciais, sociais, trabalhistas, acidentárias e previdenciárias resultantes da execução do Contrato, bem como pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, não excluindo (ou reduzindo) essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

5.1.32. Manter serviço centralizado de atendimento 24 horas (0800 ou equivalente, e celular) para registros, encaminhamentos e acompanhamentos de incidentes, ocorrências e eventos.

5.1.33. A Contratada deverá identificar todos os equipamentos e infraestrutura de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

5.1.34. Após concluir os serviços de instalação dos equipamentos de segurança, a Contratada deve retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar padrões estéticos da Contratante.

5.1.35. Os serviços de instalação de equipamentos e infraestrutura necessária deverão ser realizados no horário de trabalho normal da Contratante, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Havendo interesse da Contratada em executar serviços nos finais de semana, feriados ou estender a jornada de trabalho, deverá solicitar autorização oficial por escrito à Fiscalização da Contratante, com 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.1.36. A Contratada **não poderá subcontratar o serviço de instalação dos equipamentos, de manutenção preventiva e corretiva**, apenas podendo subcontratar o serviço de pronta resposta, mediante prévia e expressa autorização da SRA/RS.

5.1.37. A Contratada deverá apresentar os seguintes documentos quando solicitar autorização para subcontratação do serviço de pronta resposta:

a) Declarar a razão social e CNPJ da empresa que pretende subcontratar;

b) Explicitar os serviços que pretende subcontratar;

c) Comprovar a regularidade fiscal da empresa a ser subcontratada;

d) Comprovar a regularidade junto ao Grupamento de Supervisão, Vigilância e Guardas (GSVG) da Brigada Militar da empresa a ser subcontratada, quando for o caso; e

e) Comprovar registro do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), quando for o caso.

5.1.38. A Contratada deverá observar práticas de sustentabilidade conforme determina a IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, podendo o responsável pela fiscalização do contrato exigir a comprovação pertinente.

5.1.39. A Contratada deve atentar para que a instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema eletrônico monitorável obedeça às indicações dos fabricantes e às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 5410: 2004 Versão Corrigida:2008 Instalações elétricas de baixa tensão). O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos durante a vigência da contratação.

5.1.40. A empresa a ser contratada deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.

5.1.41. A Contratada deverá apresentar Alvará de Funcionamento válido expedido pelo Grupamento de Supervisão de Vigilâncias e Guardas – GSVG da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, para execução dos serviços referentes a sua atividade, de acordo com os Decretos Estaduais nº 32.162/86 e nº 35.593/94, Lei Estadual nº 8.109/85, NIOP nº 007/05 e a Lei Federal nº 7.102/83.

5.1.42. A Contratada deverá fornecer o serviço APP mobile do software de gerenciamento da central de monitoramento 24h para ser instalado em celular com sistema operacional Android disponibilizado pelo Contratante.

5.1.43. A Contratada deverá possuir e disponibilizar serviço APP mobile do software de gerenciamento da central de monitoramento 24h disponível para o Contratante a ser instalado em celulares com sistema Android, com configuração para recepção de eventos de alarme e acionamento de botão antipânico nos locais de prestação de serviços.

5.1.44. Quando o acionamento ou desativação do alarme for através de interface eletrônica, o sistema deverá permitir o cadastro de no mínimo 100 senhas individuais e senhas de coação/pânico, bem como o envio de SMS para telefone celular cadastrado por localidade, em caso de ocorrência.

5.1.45. A Contratada deverá designar um Preposto antes do início dos serviços que será responsável por coordenar todos os procedimentos relacionados à execução dos serviços perante o Contratante, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias.

5.1.46. Compete à Contratada, como especialista em sistemas de segurança, atuar no sentido de informar ao Contratante eventuais situações de risco, bem como apresentar sugestões de tratamento deste risco.

5.1.47. A Contratada deverá comprovar aptidão (qualificação técnico-operacional) por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) a prestação de serviço anterior compatível com as características do objeto a ser licitado.

5.1.48. É responsabilidade da Contratada ressarcir a Contratante ou terceiros, por prejuízos oriundos de ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou de suas subcontratadas, durante a execução contratual.

5.1.49. A Contratada deve comparecer no local monitorado sempre que houver sinistro de qualquer natureza, tomando as providências cabíveis.

5.1.50. A Contratada deverá: realizar visita técnica nos locais onde o serviço será prestado, apresentar à Contratante documento com a planta de disposição dos equipamentos de segurança dos locais a serem Monitorados Eletronicamente e instalar os equipamentos e sistemas de segurança no prazo de 15 (quinze) dias após a ordem de serviço emitida pela SRA/RS, sujeito a sanção contratual no caso do não cumprimento.

5.1.51. O critério de julgamento da contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico será o **menor preço global do grupo**.

5.1.52. A Contratada deverá permanentemente ter e colocar à disposição da Contratante os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados.

5.1.53. A gestão e fiscalização do contrato de Monitoramento Eletrônico será realizada pela SRA/RS e pelas unidades jurisdicionadas, nos termos do artigo 40 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017.

5.1.54. O aspecto principal da presente contratação, e para o qual será exigida a comprovação da capacitação técnico-operacional, é o serviço de Monitoramento do Sistema de Alarme. Esse aspecto **essencial do serviço não permite a subcontratação e não poderá ser atribuído a outra empresa** além da Contratada.

5.1.55. A Contratada deve reavaliar periodicamente, no imóvel onde o serviço é prestado, os riscos reais e/ou potenciais de ocorrência de arrombamentos, identificando vulnerabilidades, de forma a possibilitar a alteração do tipo, quantidade ou localização dos sensores e acessórios utilizados, buscando melhor atender integral e continuamente o objeto da licitação.

5.1.56. A Contratada deverá tratar de forma reservada as informações sobre as instalações dos locais monitorados e dos servidores neles lotados a que tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços, sendo vedada a sua disponibilização a terceiros sem a autorização expressa do gestor do contrato.

5.1.57. Os materiais e os serviços envolvidos na prestação do serviço de Monitoramento Eletrônico devem ser de primeira qualidade e atender à legislação e normas técnicas brasileiras vigentes.

5.1.58. Deverá ser apresentada Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.1.59. A Contratada deverá treinar as pessoas indicadas pela Contratante, que deterão senhas, orientando como utilizá-las, correndo às suas expensas todo o material didático que venha a ser necessário, bem como eventuais despesas com deslocamento de pessoal até unidade de prestação de serviço e outros custos adicionais relacionados ao treinamento.

5.1.60. A Contratada deverá vistoriar externamente, quando do disparo do alarme, o local protegido, avaliando a necessidade de comunicação com os responsáveis pela unidade de prestação de serviço e outros telefones que venham a ser informados pela Contratante.

5.1.61. A Contratada deverá adotar, caso verificado arrombamento ou invasão do local protegido, todas as providências necessárias para a guarda do local e do patrimônio da unidade de prestação de serviço, enquanto a Contratante adota as providências cabíveis ao caso. O intervalo de tempo considerado suficiente para a adoção de providências pela Contratante é de 03 (três) horas.

5.1.62. A Contratada deverá monitorar a ativação e desativação do sistema de alarme, que somente será efetuada por servidor(es) previamente habilitado(s), para quem será(ão) fornecida(s) senha(s) mediante explícita autorização da Contratante.

5.1.63. A Contratada deverá monitorar o acionamento do sistema nos horários pré-estabelecidos verificando, *in loco*, as razões de possíveis não acionamentos, corrigindo de imediato as falhas detectadas.

5.1.64. A Contratada deverá orientar a Contratante em relação aos locais de prestação de serviço onde é mais conveniente a instalação dos botões de pânico, identificando e definindo de forma mais correta sua utilização.

5.1.65. A Contratada deverá substituir, quando necessário, os materiais do Sistema de Monitoramento Eletrônico por equipamentos de primeira linha de fabricação, diminuindo a possibilidade de frequentes intervenções de manutenção.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. As obrigações da Contratada e da Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de Monitoramento Eletrônico remoto 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo disponibilização de equipamentos em regime de comodato e suporte especializado e necessário para fins de conservação da segurança nas instalações da Superintendência Regional de Administração no Estado do Rio Grande do Sul (SRA/RS) e Órgãos Jurisdicionados.

7.1.2. Para atender a demanda da SRA/RS e dos Órgãos Jurisdicionados, a contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes consistirá na prestação do serviço de instalação dos equipamentos de segurança, monitoramento por sistema de alarmes, cessão dos equipamentos em regime de comodato, manutenção preventiva e corretiva e serviço de pronta resposta.

7.1.3. A Contratada deve assumir inteira responsabilidade pela execução e prestação dos serviços contratados e efetuarlos de acordo com as especificações constantes da proposta, do instrumento convocatório, do Termo de Referência e demais anexos.

7.1.4. A Contratada **não poderá subcontratar o serviço de instalação dos equipamentos, de manutenção preventiva e corretiva**, apenas podendo subcontratar o serviço de pronta resposta, mediante prévia e expressa autorização da SRA/RS.

7.1.5. A Contratada deverá treinar as pessoas indicadas pela Contratante, que deterão senhas, orientando como utilizá-las, correndo às suas expensas todo o material didático que venha a ser necessário, bem como eventuais despesas com deslocamento de pessoal até unidade de prestação de serviço e outros custos adicionais relacionados ao treinamento.

7.1.6. A Contratada deverá disponibilizar o serviço de Pronta Resposta, ou seja, sendo detectada uma ocorrência ou incidente, o operador enviará ao local uma viatura com pessoal especializado para atendimento da ocorrência em até 20 (vinte) minutos da constatação da ocorrência ou incidente. Deverá, neste caso, ser imediatamente comunicado, via ligação telefônica, o responsável pela unidade.

7.1.7. O aspecto principal da presente contratação, e para o qual será exigida comprovação de capacitação técnico-operacional, é o serviço de Monitoramento do Sistema de Alarme. Esse aspecto **essencial do serviço, que não permite a subcontratação**, não pode ser atribuído a outra empresa além da Contratada.

7.1.8. A Contratada deverá prestar o atendimento adequado em caso de qualquer ocorrência, através de equipe especializada e viatura identificada, deslocando estes profissionais imediatamente até o local, comunicando o fato aos respectivos gestores e fiscal do contrato, bem como aos órgãos de Segurança Pública (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, etc.), conforme o caso.

7.1.9. A Contratada deverá fornecer relatórios mensais de monitoramento, durante todo o período de execução do contrato, contendo todas as ocorrências, incidentes e eventos, bem como acionamentos aos órgãos de Segurança Pública e devidos registros (Boletim de Ocorrência), socorro médico e outros, dependendo da necessidade.

7.1.10. A Contratada deverá manter serviço centralizado de atendimento 24 horas (0800 ou equivalente, e celular) para registros, encaminhamentos e acompanhamentos de incidentes, ocorrências e eventos.

7.1.11. Após concluir os serviços de instalação, a Contratada deverá retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar padrões estéticos da Contratante.

7.1.12. A Contratada deverá comprovar profissional com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) para o serviço de instalação (montagem e instalação) do sistema de Monitoramento Eletrônico.

7.1.13. A Contratada deve identificar todos os equipamentos e infraestrutura de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

7.1.14. A Contratada deverá manter os equipamentos e infraestrutura instalados em perfeito funcionamento, efetuando manutenção periódica, preventiva e corretiva, consertando ou substituindo de imediato os que sofrerem danos, arcando com todos os custos decorrentes destes serviços.

7.1.15. Durante a execução contratual, a Contratada deverá manter todas as obrigações assumidas quanto à habilitação e

qualificação exigidas na licitação.

7.1.16. A Contratada deverá possuir e disponibilizar serviço APP mobile do software de gerenciamento da central de monitoramento 24h disponível para o Contratante a ser instalado em celulares com sistema Android, com configuração para recepção de eventos de alarme e acionamento de botão antipânico nos locais de prestação de serviços.

7.1.17. Em caso de ocorrência ou incidente que venha a vulnerabilizar as instalações (inclusive falta de energia ou desenergização), ou ainda, impossibilitar o perfeito funcionamento do sistema monitorado, a Contratada deverá restabelecer a prestação do serviço de Monitoramento Eletrônico o mais breve possível, limitado a 12 (doze) horas o prazo máximo de atendimento da manutenção corretiva.

7.1.18. Deverão ser instaladas em local visível do público e transeuntes, placas de identificação com telefone da empresa Contratada, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorado.

7.1.19. A Contratada deverá efetuar testes para verificação do perfeito funcionamento do sistema de Monitoramento Eletrônico, os quais serão programados com antecedência, entre o Fiscal de Contrato da Contratante e o preposto da Contratada.

7.1.20. A Contratada **não poderá**, sem prejuízo das suas responsabilidades contratuais e legais, **subcontratar o serviço de instalação dos equipamentos, de manutenção preventiva e corretiva**, apenas podendo subcontratar o serviço de pronta resposta, mediante prévia e expressa autorização da SRA/RS.

7.1.21. Compete à Contratada, como especialista em sistemas de segurança, atuar no sentido de informar ao Contratante eventuais situações de risco, bem como apresentar sugestões de tratamento deste risco.

7.1.22. Em caso de falhas nos equipamentos, a Contratada deve providenciar medidas de contingência, imediatamente após a falha do equipamento, até o restabelecimento das condições originais do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes.

7.1.23. A Contratada deve comparecer no local monitorado sempre que houver sinistro de qualquer natureza, tomando as providências cabíveis.

7.1.24. A Contratada deverá: realizar visita técnica nos locais onde o serviço será prestado; apresentar à Contratante documento com a planta de disposição dos equipamentos de segurança dos locais a serem Monitorados Eletronicamente; instalar os equipamentos e sistemas de segurança no prazo de 15 (quinze) dias após a ordem de serviço emitida pela SRA/RS, sujeito a sanção contratual no caso de não cumprimento.

7.1.25. A Contratada deverá substituir, quando necessário, os materiais do Sistema de Monitoramento Eletrônico por equipamentos de primeira linha de fabricação, diminuindo a possibilidade de frequentes intervenções de manutenção.

7.1.26. A Contratada deverá adotar, caso verificado arrombamento ou invasão do local protegido, todas as providências necessárias para a guarda do local e do patrimônio da unidade de prestação de serviço, enquanto a Contratante adota as providências cabíveis ao caso. O intervalo de tempo considerado suficiente para a adoção de providências pela Contratante é de 03 (três) horas;

7.1.27. A execução dos serviços será iniciada de acordo com a Ordem de Serviço emitida pela Contratante e considerando o prazo de instalação dos equipamentos.

7.2. A Contratada deverá realizar visita técnica nos locais onde o serviço será prestado, apresentar à Contratante documento com a planta de disposição dos equipamentos de segurança dos locais a serem Monitorados Eletronicamente e instalar os equipamentos e sistemas de segurança no prazo de 15 (quinze) dias após a ordem de serviço emitida pela SRA/RS, sujeito a sanção contratual no caso do não cumprimento.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por meio eletrônico, via email; por telefone e pessoalmente, quando necessário.

8.2. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR - Apêndice II neste Termo de Referência) visa a estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

8.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR - Apêndice II neste Termo de Referência) desenvolvido para essa contratação.

8.4. Todas as ocorrências apontadas pela fiscalização serão encaminhadas, via correspondência eletrônica, à empresa contratada, que deverá confirmar o recebimento.

8.5. O prazo de manifestação formal da Contratada perante as ocorrências informadas é de 24 (vinte e quatro) horas.

8.6. A Contratada deverá designar um Preposto antes do início dos serviços que será responsável por coordenar todos os procedimentos relacionados à execução dos serviços perante o Contratante, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.1.1. O kit do sistema de Monitoramento Eletrônico por Alarmes (Sistema por GPRS - Satélite/ Internet) envolve os equipamentos descritos no **item 5.1.8** deste Termo de Referência.

9.1.2. A Contratada deve atentar para que a instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema eletrônico monitorável obedeça às indicações dos fabricantes e às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 5410: 2004 Versão Corrigida:2008 Instalações Elétricas de Baixa Tensão). O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos durante a vigência da contratação.

9.1.3. A Contratada deverá observar práticas de sustentabilidade conforme determina a IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, podendo o responsável pela fiscalização do contrato exigir a comprovação pertinente.

9.1.4. Os materiais e os serviços envolvidos na prestação do serviço de Monitoramento Eletrônico devem ser de primeira qualidade e atender à legislação e normas técnicas brasileiras vigentes.

9.1.5. Para a contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes, fica estabelecido que os equipamentos de segurança serão disponibilizados em regime de comodato.

9.1.6. A Contratada deverá substituir, quando necessário, os materiais do Sistema de Monitoramento Eletrônico por equipamentos de primeira linha de fabricação, diminuindo a possibilidade de frequentes intervenções de manutenção.

9.1.7. Para fins de mensuração do objeto a ser licitado por parte dos licitantes, a SRA/RS realizou uma estimativa do quantitativo total de sensores de abertura, sensores de presença e sensores de barreira, que poderão ser utilizados na prestação de serviço de Monitoramento Eletrônico considerando 21 (vinte e um) locais em 17 (dezessete) municípios, conforme tabela abaixo:

ITEM COMPONENTE DO SISTEMA DE ALARME	QUANTIDADE (UNIDADES)
Kit Central de Alarme e Acessórios Principais	21
Sensores de abertura	794
Sensores de presença	127
Sensores barreira	90

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes via Registro de Preços é a primeira contratação realizada pela SRA/RS nesse formato, visando atender as demandas de segurança e vigilância da SRA/RS e dos seus Órgãos Jurisdicionados em um contexto de mudanças regimentais, estruturais e orçamentárias no âmbito do Ministério da Economia.

10.1.2. A contratação, via Registro de Preços, do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes irá atender inicialmente, dentro do Estado do Rio Grande do Sul, a Superintendência Regional de Administração no Estado do Rio Grande do Sul (SRA/RS), as Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional na 4ª Região (PRFN na 4ª R) e as unidades seccionais da Superintendência Regional do Trabalho (SRT/RS), totalizando 21 (vinte e um) locais em 17 (dezessete) municípios.

10.1.3. A relação das localidades mencionadas no Estudo Preliminar e no Termo de Referência serve a título exemplificativo, visto que o Ministério da Economia englobou outras unidades do governo federal no início de 2019 e depende de uma provável publicação de um novo Regimento Interno para que haja maiores definições em relação à criação, fusão e extinção de Órgãos Jurisdicionados, bem como em relação aos aspectos orçamentários.

10.1.4. A Contratada deverá arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes.

10.1.5. A Contratada **não poderá subcontratar o serviço de instalação dos equipamentos, de manutenção preventiva e corretiva**, apenas podendo subcontratar o serviço de pronta resposta, mediante prévia e expressa autorização da SRA/RS.

10.1.6. O aspecto principal da presente contratação, e para o qual será exigida comprovação da capacitação técnico-operacional, é o serviço de Monitoramento do Sistema de Alarmes. Esse aspecto essencial do serviço, não permite a subcontratação, não podendo ser atribuído a outra empresa além da Contratada.

10.1.7. Para fins de mensuração do objeto a ser licitado por parte dos licitantes, a SRA/RS realizou uma estimativa do quantitativo total de sensores de abertura, sensores de presença e sensores de barreira que poderão ser utilizados na prestação de serviço de Monitoramento Eletrônico, considerando 21 (vinte e um) locais em 17 municípios, conforme tabela constante no **item 1.1** deste Termo de Referência.

10.1.8. A Contratada deve reavaliar periodicamente, no imóvel onde o serviço é prestado, os riscos reais e/ou potenciais de ocorrência de arrombamentos, identificando vulnerabilidades, de forma a possibilitar a alteração do tipo, quantidade ou localização dos sensores e acessórios utilizados, buscando melhor atender integral e continuamente o objeto da licitação.

10.1.9. O serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes engloba a instalação dos equipamentos de segurança, a cessão dos equipamentos em regime de comodato, manutenção preventiva e corretiva e o serviço de pronta resposta.

10.1.10. A vigência do contrato será de 20 (vinte) meses, podendo ser rescindido ou prorrogado, nos termos da Lei nº 8.666/93.

10.1.11. O serviço mensal de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes será medido a partir da composição das localidades onde o serviço é prestado multiplicado pelo quantitativo efetivamente contratado.

10.1.12. A Contratada deve atentar para que a instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema eletrônico monitorável obedeça às indicações dos fabricantes e às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 5410: 2004 Versão Corrigida:2008 Instalações Elétricas de Baixa Tensão). O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos durante a vigência da contratação.

10.1.13. A Contratada deverá comprovar profissional com **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica)** junto ao **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** para o **serviço de instalação** (montagem e instalação) e **manutenção preventiva e corretiva** do sistema de Monitoramento Eletrônico.

10.1.14. A Contratante não fornecerá ou disponibilizará nenhum equipamento, pessoal ou transporte, bem como não permitirá a utilização de sua infraestrutura e de seus links de dados para a prestação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes. Ressalva-se apenas o fornecimento de energia elétrica que poderá ser utilizada da rede da SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados, respeitando os padrões e normas estabelecidos pela Contratante.

10.1.15. A Contratada deverá possuir e disponibilizar serviço APP mobile do software de gerenciamento da central de monitoramento 24h disponível para o Contratante a ser instalado em celulares com sistema Android, com configuração para recepção de eventos de alarme e acionamento de botão antipânico nos locais de prestação de serviços.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "*as built*", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta.

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do

- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante.
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 25/05/2017:
- 12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 12.26. Não será necessário realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 12.27. A Contratada deverá manter o serviço de Monitoramento Eletrônico em condições normais de funcionamento, primando, sempre, pela não interrupção dos serviços.
- 12.28. Assumir inteira responsabilidade pela execução e prestação dos serviços contratados e efetua-los de acordo com as especificações constantes da proposta, do instrumento convocatório, neste Termo de Referência e demais anexos.

- 12.29. Assumir os riscos em decorrência da execução dos serviços contratados e prejuízos causados à Contratante e a Terceiros, decorrentes de serviços não executados ou executados com imperfeição, devidamente comprovados pela fiscalização do contrato.
- 12.30. É responsabilidade da Contratada ressarcir a Contratante ou terceiros, por prejuízos oriundos de ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou de suas subcontratadas, durante a execução contratual.
- 12.31. As demais obrigações da Contratada em relação ao serviço de Monitoramento Eletrônico por Sistema de Alarmes estão discriminadas no item "Requisitos da Contratação" (**item 5**) deste Termo de Referência.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, apenas podendo subcontratar o serviço de pronta resposta, mediante prévia e expressa autorização da SRA/RS.
- 13.2. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 13.3. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 13.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 13.5. Não será admitida a subcontratação do serviço de monitoramento do sistema de alarme propriamente dito, pois esse é o aspecto essencial da contratação.
- 13.6. A Contratada deverá apresentar os seguintes documentos quando solicitar autorização para subcontratação do serviço de instalação dos equipamentos de segurança, manutenção preventiva e corretiva e serviço de pronta resposta:

- a) Declarar a razão social e CNPJ da empresa que pretende subcontratar.
- b) Explicitar os serviços que pretende subcontratar.
- c) Comprovar a regularidade fiscal da empresa a ser subcontratada.
- d) Comprovar a regularidade junto ao Grupamento de Supervisão, Vigilância e Guardas (GSVG) da Brigada Militar da empresa a ser subcontratada, se for o caso.
- e) Comprovar registro do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), quando for o caso.

- 13.7. A Contratada deverá, em relação aos serviços eventualmente subcontratados, providenciar o seguinte:

- a) Comprovar, em relação aos profissionais ou empresas que pretenda subcontratar, a inexistência de:
 - I) Registro impeditivo de contratação, mediante consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União, no sítio www.portaltransparencia.gov.br/ceis, conforme determina o Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011.
 - II) Registro impeditivo de contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do Conselho Nacional de Justiça, no sítio www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php, tanto da Pessoa Jurídica quanto das seguintes Pessoas Físicas vinculadas à entidade: sócios majoritários, diretores, administradores ou com poderes de gestão, em obediência ao Acórdão TCU Plenário nº 1793/2011 e ao Parecer PGFN/PRFN 4ª REGIÃO/DICAJ nº 72/2015.
- b) Comprovar, em relação aos profissionais ou empresas que pretenda subcontratar:
 - I) Regularidade para com a Fazenda Nacional, a qual efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU por elas administrados, nos termos da Portaria MF nº 358, de 05/09/2014.
 - II) Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- c) No caso de subcontratação do serviço de Pronta Resposta, apresentar, em relação à empresa subcontratada:
 - I) Portaria de Autorização, com validade na data da sessão de abertura da licitação, expedida pelo Grupamento de Supervisão de Vigilância e Guardas (GSVG) da Brigada Militar do RS, conforme Artigo 3º, item V da Lei nº 10.991 de 18 Ago 1997, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 42.871 de 04 de Fev de 2004, combinado com o Art 6º do Regulamento Geral de Vigilância Particular e Municipal, aprovado pelo Decreto Estadual nº 32.162, de 21 de Jan de 1986; e
 - II) Alvará de Funcionamento, expedido pelo mesmo órgão citado no item anterior.
- d) No caso de subcontratação do serviço de pronta resposta a empresa deverá também apresentar comprovação de experiência e qualificação técnica para realização dos serviços nos locais previstos no **item 1 - DO OBJETO**.
- e) Orientar as PF/PJ subcontratadas em relação às especificações dos serviços, obrigações e responsabilidades os quais incidam sobre os empregados quando da prestação dos serviços para a Contratante.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice II neste Termo de Referência, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais,

de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.19. A gestão e fiscalização do contrato de Monitoramento Eletrônico será realizada pela SRA/RS e pelos Órgãos Jurisdicionadas, nos termos do artigo 40 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou

à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 17.4.1. o prazo de validade;
- 17.4.2. a data da emissão;
- 17.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 17.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 17.4.5. o valor a pagar; e
- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP nº 05/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{365} \right)$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. REAJUSTE

- 18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Geral de Preços e Mercado (IGP-M) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1. Não haverá exigência de garantia contratual para a contratação do serviço de Monitoramento Eletrônico por Alarmes.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 20.2.2. **Multa de:**
- 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- 20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.
- 20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo

necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. A empresa a ser contratada deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) em plena validade e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado;

21.3.2. A Contratada deverá apresentar Alvará de funcionamento expedido pelo Grupamento de Supervisão de Vigilâncias e Guardas – GSVG da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, para execução dos serviços referentes à sua atividade, de acordo com os Decretos Estaduais nº 32.162/86 e nº 35.593/94, Lei Estadual nº 8.109/85, NIOP nº 07/05 e a Lei Federal nº 7.102/83;

21.3.3. A Contratada deverá comprovar aptidão (qualificação técnico-operacional) por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) a prestação de serviço anterior compatível com as características do objeto a ser licitado.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valor **Global Estimado** para **20 (vinte) meses: R\$ 520.346,40** (quinhentos e vinte mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos);

21.4.2. Valor **Mensal Estimado: R\$ 26.017,32** (vinte e seis mil, dezessete reais e trinta e dois centavos);

21.4.3. Valor **Unitário Estimado: R\$ 1.238,92** (um mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

21.5. O critério de julgamento da proposta é o **menor preço global do grupo**.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo aceitável.

22.2. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa de preços no mercado, verificação de editais de licitação análogos no Comprasnet e consulta no Painel de Preços do Governo Federal.

23. DOS APÊNDICES

23.1. Seguem em anexo e este Termo de Referência os quantitativos mínimos necessários à implantação do Sistema de Monitoramento de Alarmes nos 21 (vinte e um) locais em 17 (dezessete) municípios:

- Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares;

- Apêndice II - Instrumento de Medição de Resultados - IMR.

Porto Alegre, 8 de setembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente

JOÃO GURSKI RODRIGUES

Chefe da Divisão de Recursos Logísticos - SRA/RS - Substituto

APÊNDICE I

Unidades Atendidas pelo Estudo:	SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados: Procuradoria Regional da Fazenda Nacional na 4ª Região (PRFN 4ªR) e Superintendência Regional do Trabalho (SRTb/RS)
---------------------------------	--

1. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de **Vigilância Eletrônica**, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo disponibilização de equipamentos em regime de comodato e suporte especializado para fins de conservação da segurança nas instalações da Superintendência Regional de Administração no Estado do Rio Grande do Sul (SRA/RS) e **Órgãos Jurisdicionados**.

1.2 O serviço de **Vigilância Eletrônica por meio de Sistema de Alarmes** engloba a instalação dos equipamentos de segurança, a cessão dos equipamentos em regime de comodato, manutenção preventiva e corretiva e o serviço de pronta resposta.

1.3 O sistema a ser utilizado deverá ser dotado de equipamentos para monitoramento por Sistema de Alarmes, atendendo as especificações mínimas definidas no termo de referência e neste estudo preliminar.

1.4 A contratação, por Sistema de Registro de Preços, do serviço de **Vigilância Eletrônica** irá atender dentro do Estado do Rio Grande do Sul a **Procuradoria Regional da Fazenda Nacional** e suas unidades seccionais (PRFN na 4ª Região), e também as unidades seccionais da **Superintendência Regional do Trabalho (SRTb/RS)**, totalizando **21 (vinte e um) locais em 17 (dezesete) municípios**.

1.5 Em virtude da criação do Ministério da Economia no ano de 2019, a SRA/RS necessita formatar contratações que atendam os seus **Órgãos Jurisdicionados por meio da unificação de contratos similares com vigências distintas, considerando o atual contexto de indefinição orçamentária no Governo Federal**.

1.6 Diante do atual cenário de indefinições orçamentárias e regimentais por parte do Ministério da Economia, a SRA/RS enquadrou a demanda por contratação do serviço de **Vigilância Eletrônica por Sistema de Registro de Preços com base no artigo 3º, incisos III e IV do Decreto nº 7.892/2013**.

1.7 Prevendo uma economia de escala pela vantajosidade da aglutinação das cidades em uma contratação de item único, a modalidade mostrou-se economicamente viável, pois caso existam diferentes empresas interessadas em contratar o serviço de **Vigilância Eletrônica**, os custos seriam repassados à administração com valores diferenciados para um único objeto, além da possibilidade de obtermos algum item deserto, acarretando novos procedimentos licitatórios, com custos administrativos para a União, tendo em vista a escassez de recursos humanos vivenciada hoje na Administração Pública.

2. REFERÊNCIA A INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO da SRA/RS, da Secretaria de Gestão Corporativa SGC/RS no Ministério da Economia

2.1 A contratação está em consonância ao Processo Padrão de Contratações (PPC) elaborado pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (COGRL/SPOA), conforme Apêndice "A" deste estudo.

2.2. Vale ressaltar que a presente contratação está em conformidade com os objetivos números 03, 04 e 05 do Mapa Estratégico definido pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração: "Aumentar a eficiência e eficácia nas contratações e na adequação dos espaços físicos"; "Aperfeiçoar a gestão e o controle com foco na excelência da prestação de serviços"; "Aprimorar a alocação dos recursos orçamentários e financeiros" conforme Apêndice "B" deste estudo.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A **Vigilância Eletrônica** se destina à detecção e ao acompanhamento de eventos com o consequente acionamento das autoridades competentes, quando verificadas ocorrências de intrusão no ambiente vigiado. O serviço de **Vigilância Eletrônica** atuará de forma sistemática, no sentido de resguardar a integridade física dos funcionários, e ainda, na preservação do patrimônio das instalações,

evitando prejuízos ao erário.

3.2 Quando houver a constatação de violação nas dependências monitoradas, a Contratada deverá imediatamente contatar a polícia local, bem como o servidor responsável pela edificação, além de assegurar o **serviço de pronta resposta**.

3.3 A vigência do contrato será de **20 (vinte) meses**, podendo ser rescindido ou prorrogado, nos termos da **Lei nº 8.666/93**.

3.4 O serviço de **Vigilância Eletrônica por meio de Sistema de Alarmes** engloba o monitoramento propriamente dito, a instalação dos equipamentos de segurança, a cessão dos equipamentos em regime de comodato, manutenção preventiva e corretiva e o serviço de pronta resposta.

3.5 A Contratada deverá arcar com todos os custos necessários à completa execução dos serviços de **Vigilância Eletrônica**.

3.6 O serviço de **Vigilância Eletrônica** tem por finalidade detectar eventos, ocorrências e incidentes, e enviá-los via comunicação de dados para a central de monitoramento da Contratada de forma on-line e durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para que as providências cabíveis sejam tomadas de acordo com a situação verificada.

3.7 O Sistema de Vigilância Eletrônica por meio de Sistema de Alarmes deverá detectar as seguintes situações: intrusão, arrombamento, invasão, ações de vandalismo dentre outros acessos indevidos às dependências da SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados.

3.8 O kit do sistema de Vigilância Eletrônica por meio de Sistema de Alarmes (Sistema por GPRS - Satélite/ Internet) envolve, entre outros, os seguintes equipamentos e similares:

EQUIPAMENTOS ENVOLVIDOS NO KIT DO SISTEMA DE ALARMES
- Central de alarme - Caixa de Proteção - Fonte de Alimentação - Teclado de acesso para realização das operações - Bateria selada 12 v X 7ah - Sirene piezoelétrica de 120 Db - Sensor IVP (infravermelho passivo) - Sensor DG 75 Semi Externo - Sensor de Abertura - Receptor - Controle Liga/desliga 433 - Comunicador GPRS com Conector - Antena externa - Botão de Pânico - Chip GPRS - Placa indicativa de que o local é monitorado

3.9 Para a contratação do serviço de **Vigilância Eletrônica por Sistema de Alarmes**, fica estabelecido que os equipamentos de segurança serão disponibilizados em **Regime de Comodato**.

3.10 A Contratante não fornecerá ou disponibilizará nenhum equipamento, pessoal ou transporte, bem como não permitirá a utilização de sua infraestrutura e de seus links de dados para a prestação do serviço, em qualquer etapa. Ressalva-se, apenas, o fornecimento de energia elétrica que poderá ser utilizada da rede da **SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados**, respeitando os padrões e normas estabelecidas pela Contratante.

3.11 O serviço de **Vigilância Eletrônica** deverá ser dotado de equipamentos para monitoramento por **Sistema de Alarmes**, atendendo as especificações mínimas definidas no termo de referência.

3.12 A empresa Contratada deverá prestar os serviços de **Vigilância Eletrônica por meio de Sistema de Alarmes, podendo subcontratar apenas o serviço de pronta resposta.**

3.13 O serviço de **Manutenção Preventiva** contempla os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais de operação e monitoramento, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisações, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, reparos de pequenos componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo sistema interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.

3.14 O serviço de **Manutenção Corretiva** contempla os serviços de manutenção não programada, baseada na interrupção do monitoramento ou do funcionamento do sistema decorrente de falha ou defeito nos equipamentos, periféricos ou na infraestrutura, identificados por meio de diagnóstico, bem como da correção de anormalidades, da realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento, e também na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema.

3.15 A Contratada fica responsável por quaisquer danos que, por falha de sistema ou equipamento, forem decorrentes de eventos não registrados, devendo ressarcir o prejuízo à Contratante ou a terceiros.

3.16 A Contratada deverá restabelecer a prestação do serviço de **Vigilância Eletrônica** o mais breve possível, **limitado a 12 (doze) horas o prazo máximo de atendimento da manutenção corretiva.**

3.17 Em não havendo o restabelecimento no prazo de até 12 (doze) horas, será considerado o serviço não prestado na localidade, sendo a Contratada descontada do valor mensal referente ao somatório dos itens que compõem o serviço de monitoramento da edificação/unidade em questão.

3.18 Em caso de ocorrência ou incidente que venha a vulnerabilizar as instalações (inclusive falta de energia ou desenergização), ou ainda, impossibilitar o perfeito funcionamento do sistema monitorado, **a Contratada deverá disponibilizar imediatamente medida de contingência no local até que seja providenciado o total restabelecimento das condições de segurança.**

3.19 A Central de Alarme deve possuir as seguintes características específicas:

- a) Funcionamento mediante sensores de movimento anti-intrusão (infravermelho passivo *wireless*);
- b) Compatível com a maioria dos sensores de fabricação nacionais ou importados, disponíveis no mercado, e através de seus diferentes formatos e protocolos de comunicação;
- c) Capacidade para registro de 100 códigos de usuários (senhas individualizadas de no mínimo 06 dígitos);
- d) Possuir capacidade de programação e alteração via teclado, linha fixa na central de controle, TCP/IP via rede de informática e dos códigos de acesso (arme e desarme);
- e) Possuir, no mínimo, duas saídas programáveis para automação do sistema de iluminação;
- f) Possuir arme por horário pré-programado;
- g) Possuir relógio interno;
- h) Possuir discador digital embutido na própria placa;
- i) Possuir capacidade de transmitir pânico policial, médico, fogo ou assalto com refém através do teclado, em qualquer horário de acionamento simultâneo de sirene ou silencioso;
- j) Possuir sistema de *no break* de 3h (três horas), possibilitando ampliação de operação por tempo mínimo de 24h (vinte e quatro horas) em caso de interrupção na rede de alimentação de energia elétrica;
- k) Registros (*Buffer*) de no mínimo 256 eventos, com registro de data e horário;
- l) Supervisão programável de linha telefônica;
- m) Capacidade de acionamento de sirene em caso de alarme induzido ou por violação;
- n) Programar tempo de acionamento de sirene;
- o) Capacidade de reconhecer outros tipos de sensores existente no mercado: sensor magnético (para uso em aberturas, portas e janelas), sensor Ativo/Passivo (infravermelho e microondas) para uso em ambientes externos;
- p) Possuir sistema de auto teste, detectando e informando periodicamente ao Centro de Controle eventuais falhas nos sensores ou falta de energia elétrica;
- q) Vir acompanhada de todos os acessórios e equipamento indispensáveis ao funcionamento e plena operacionalidade do sistema de alarme eletrônico, tais como: transformador, bateria, teclado, fiação e outros;
- r) Possuir funções que permitam a programação do tempo de entrada e saída de todos os setores/zonas sensoreadas, individual ou coletivamente;
- s) Permitir a desabilitação/habilitação de zonas (áreas sensoreadas) através de senha ou pré-programas;
- t) Possuir tensão de operação compatível com a localidade de prestação de serviço;

- u) Permitir a comunicação com a Central de Monitoramento através da rede telefônica pública fixa, Link ADSL, rede TCP/IP ou GPRS, tanto pelo sistema analógico como pelo digital, através de programação na própria central;
- v) Possuir função programável que permita sua identificação no Centro de Controle computadorizado de forma única;
- x) Capacidade de instalação de no mínimo 2 teclados, devendo vir acompanhada de teclado para digitalização dos códigos de acesso e para programação local;
- z) Identificar e reconhecer, no mínimo, 2 (dois) sensores anti-fumaça, permitindo o monitoramento e ativação deste sensor permanentemente durante 24 horas mesmo com os demais sensores desativados.

3.20 Deverão ser instaladas em local visível do público e transeuntes, placas de identificação com telefone da empresa Contratada, informando que o local é protegido por sistema de segurança monitorado.

3.21 A Contratada deverá fornecer **relatórios mensais de monitoramento**, durante todo o período de execução do contrato, contendo todas as ocorrências, incidentes e eventos, bem como acionamentos aos órgãos de Segurança Pública e devidos registros (Boletim de Ocorrência), socorro médico e outros, dependendo da necessidade.

3.22 A comunicação entre a Contratante e a Contratada será realizada: por **meio eletrônico, via email, por telefone e pessoalmente** quando necessário.

3.23 A Contratada deverá fornecer relatórios das visitas quando da manutenção preventiva, bem como das manutenções corretivas, quando estas ocorrerem.

3.24 Será utilizado para fins de acompanhamento da execução contratual o **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)** que visa a estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

3.25 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o **Índice Geral de Preços e Mercado, da Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV)** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.26 A Contratada deverá **manter os equipamentos e infraestrutura instalados em perfeito funcionamento, efetuando manutenção periódica, preventiva e corretiva, consertando ou substituindo de imediato os que sofrerem danos, arcando, exclusivamente, com todos os custos decorrentes destes serviços.**

3.27 A Contratada deverá prestar o atendimento adequado em caso de qualquer ocorrência, através de equipe especializada e viatura identificada, deslocando estes profissionais imediatamente até o local, comunicando o fato aos respectivos gestores e fiscal do contrato, bem como aos órgãos de Segurança Pública (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, etc.), conforme o caso.

3.28 A Contratada deve comunicar imediatamente ao Gestor do contrato caso ocorra qualquer anormalidade ou fato que mereça investigação, baseado nas imagens on-line, e enviar relatório contendo as informações da ocorrência.

3.29 Realizar o serviço de Pronto Resposta em um prazo máximo de 20 (vinte) minutos, sujeito a sanções pelo não cumprimento.

3.30 Manter durante a execução contratual, todas as obrigações assumidas quanto à habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.31 Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações tributárias, fiscais, civis, comerciais, sociais, trabalhistas, acidentárias e previdenciárias resultantes da execução do Contrato, bem como pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, não excluindo (ou reduzindo) essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo órgão interessado.

3.32 Manter serviço centralizado de atendimento telefônico 24 horas (0800 ou equivalente e celular) para registros, encaminhamentos e acompanhamentos de incidentes, ocorrências e eventos.

3.33 A Contratada deve identificar todos os equipamentos e infraestrutura de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

3.34 Após concluir os serviços de instalação dos equipamentos de segurança, a Contratada deve retirar todo o material existente, entulho ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado. Os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar padrões estéticos da Contratante.

3.35 Os serviços de instalação de equipamentos e infraestrutura necessária deverão ser realizados no horário de trabalho normal da Contratante, ou seja, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. Havendo interesse da Contratada em executar serviços nos finais de semana, feriados ou estender a jornada de trabalho, deverá solicitar autorização oficial por escrito à Fiscalização da Contratante, com 2 (dois) dias úteis de antecedência.

3.36 A Contratada poderá subcontratar, mediante autorização da Contratante, o serviço de pronta resposta.

3.37 A Contratada deverá apresentar os seguintes documentos quando solicitar autorização para subcontratação do serviço de pronta resposta:

- Declarar a razão social e CNPJ da empresa que pretende subcontratar;
- Explicitar os serviços que pretende subcontratar;
- Comprovar a regularidade fiscal da empresa a ser subcontratada;

- Comprovar a regularidade junto ao Grupamento de Supervisão, Vigilância e Guardas (GSVG) da Brigada Militar da empresa a ser subcontratada, se for o caso;

- Comprovar registro do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), se for o caso.

3.38 A Contratada deverá observar práticas de sustentabilidade conforme determina a IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, podendo o responsável pela fiscalização do contrato exigir a comprovação pertinente.

3.39 A Contratada deve atentar para que a instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema eletrônico monitorável **obedeça às indicações dos fabricantes e às normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 5410: 2004 Versão Corrigida: 2008 Instalações elétricas de baixa tensão)**. O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos durante a vigência da contratação.

3.40 A empresa a ser contratada deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição no **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)** em plena validade e possuir profissional qualificado em seu corpo técnico (engenheiro), detentor de atestados técnicos compatíveis com o serviço a ser executado.

3.41 A Contratada deverá apresentar Alvará de funcionamento expedido pelo **Grupamento de Supervisão de Vigilâncias e Guardas – GSVG da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul**, para execução dos serviços referentes à sua atividade, de acordo com os **Decretos Estaduais nº 32.162/86 e nº 35.593/94, Lei Estadual nº 8.109/85, NIOP nº 007/05 e a Lei Federal nº 7.102/83.**

3.42 A Contratada deverá fornecer o **serviço app mobile do software de gerenciamento da central de monitoramento 24h para ser instalado em celular com sistema operacional Android disponibilizado pelo Contratante.**

3.43 A Contratada **deverá possuir e disponibilizar serviço app mobile** do software de gerenciamento da central de monitoramento 24h disponível para o Contratante a ser instalado em celulares com sistema Android, com configuração para recepção de eventos de alarme e acionamento de botão antipânico nos locais de prestação dos serviços.

3.44 Quando o acionamento ou desativação do alarme for através de interface eletrônica, o sistema deverá permitir o cadastro de no mínimo 100 senhas individuais e senhas de coação/pânico, bem como o envio de SMS para telefone celular cadastrado por localidade, em caso de ocorrência.

3.45 Os licitantes **poderão realizar vistoria nos locais de execução dos serviços**, acompanhado por servidor designado para esse fim, sendo que o representante da empresa licitante deve estar devidamente identificado e deve possuir documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.46 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.47 A Contratada **deverá designar um Preposto antes do início dos serviços** que será responsável por coordenar todos os procedimentos relacionados à execução dos serviços perante o Contratante, inclusive quanto ao atendimento de todas as medidas de segurança necessárias.

3.48 Compete à Contratada, como especialista em sistemas de segurança, atuar no sentido de informar ao Contratante eventuais situações de risco, bem como apresentar sugestões de tratamento deste risco.

3.49 A Contratada **deverá comprovar aptidão (qualificação técnico-operacional) por meio da apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) a prestação de serviço anterior compatível com as características do objeto a ser licitado.**

3.50 É responsabilidade da Contratada ressarcir a Contratante ou terceiros, por prejuízos oriundos de ação ou omissão voluntária, negligência, imprudência ou imperícia de seus empregados ou de suas subcontratadas, durante a execução contratual.

3.51 A Contratada deve comparecer no local monitorado sempre que houver sinistro de qualquer natureza, tomando as providências cabíveis.

3.52 A Contratada deverá: realizar visita técnica nos locais onde o serviço será prestado, apresentar à Contratante documento com a planta de disposição dos equipamentos de segurança dos locais a serem monitorados eletronicamente e instalar os equipamentos e sistemas de segurança no prazo de **15 (quinze) dias após a ordem de serviço emitida pela SRA/RS**, sujeito a sanção contratual no caso de não cumprimento.

3.53 O critério de julgamento da contratação do serviço de Vigilância Eletrônica será pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

3.54 A Contratada deverá permanentemente ter e colocar à disposição da Contratante os meios necessários e aptos a permitir a medição dos serviços executados.

3.55 A **gestão e fiscalização do contrato de Vigilância Eletrônica será realizada pela SRA/RS e pelas unidades jurisdicionadas**, nos termos do artigo 40 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017.

3.56 A Contratada deve reavaliar periodicamente, no imóvel onde o serviço é prestado, os riscos reais e/ou potenciais de ocorrência de arrombamentos, identificando vulnerabilidades, de forma a possibilitar a alteração do tipo, quantidade ou localização dos sensores e acessórios utilizados, buscando melhor atender de forma integral e continuamente o objeto da licitação.

3.57 A Contrata deverá tratar de forma reservada as informações sobre as instalações dos locais monitorados e dos servidores neles

lotados a que tiver acesso em decorrência da prestação dos serviços, sendo vedada a sua disponibilização a terceiros sem a autorização expressa do gestor do contrato.

3.58 Os materiais e os serviços envolvidos na prestação do serviço de **Vigilância Eletrônica** devem ser de primeira qualidade e atender à legislação e as normas técnicas brasileiras vigentes.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIAS DE CÁLCULO

4.1 A contratação, por Sistema de Registro de Preços, do serviço de **Vigilância Eletrônica** irá atender dentro do Estado do Rio Grande do Sul a **Procuradoria Regional da Fazenda Nacional** e suas unidades seccionais (**PRFN na 4ª Região**), e também as unidades seccionais da **Superintendência Regional do Trabalho (SRTb/RS)**, totalizando **21 (vinte e um) locais em 17 (dezessete) municípios**, distribuídos nos seguintes endereços:

MINISTÉRIO DA ECONOMIA			
Municípios	Órgão	Localidade	Endereço
1	SRTb/RS	Bagé	Avenida Barão do Triunfo, 1024 - Bairro Centro
2	PSFN 4ª R	Bento Gonçalves	Avenida Planalto, 901 - Bairro São Bento
3	PSFN 4ª R	Caxias do Sul	Avenida Júlio de Castilhos, 150 - Bairro Nossa Sra. de Lourdes
4	SRTb/RS	Ijuí	Avenida Conronel Dico, 671 - Bairro Centro
5	PSFN 4ª R	Lajeado	Rua Irmão Emilio Conrado, 120 - Bairro Florestal
6	SRTb/RS	Lajeado	Avenida Benjamin Constant, 1058 - Bairro Centro
7	SRTb/RS	Palmeira das Missões	Rua Nicolau Borges Lutz, 84 - Bairro Centro
8	PSFN 4ª R	Passo Fundo	Rua Antônio Araújo, 1190 - Bairro Centro
9	PSFN 4ª R	Pelotas	Rua Quinze de Novembro, 667 - Bairro Centro
10	SRTb/RS	Pelotas	Avenida São Francisco de Paula, 1985 - Bairro Areal
11	PRFN 4ª R	Porto Alegre	Depósito – Av. Polônia, 226 - Bairro São Geraldo
12	SRTb/RS	Rio Grande	Rua General Neto, 386 - Bairro Centro
13	SRTb/RS	Santa Cruz do Sul	Avenida Independência, 76 - Bairro Centro
14	PSFN 4ª R	Santa Maria	Rua Venâncio Aires, 1851 - Bairro Centro
15	SRTb/RS	Santa Maria	Rua Vale Machado, 1390 - Bairro Centro
16	SRTb/RS	Santa Rosa	Avenida Santa Cruz, 592 - Bairro Centro
17	PSFN 4ª R	Santana do Livramento	Rua Sete de Setembro, 920 - Bairro Centro
18	PSFN 4ª R	Santo Ângelo	Rua Florêncio de Abreu, 1660 - Bairro Centro
19	SRTb/RS	Santo Ângelo	Rua Duque de Caxias, 747 - Bairro Centro
20	SRTb/RS	São Borja	Rua Eddie Freire Nunes, 1966 - Bairro Centro
21	SRTb/RS	Uruguaiana	Rua dos Andradas, 1387 - Bairro Centro

4.2 A relação das localidades mencionadas no Estudo Preliminar e no Termo de Referência serve a título **exemplificativo**, visto que o Ministério da Economia englobou outras unidades do governo federal no início de 2019 e dependerá da publicação de um novo Regimento Interno para que haja maiores definições em relação à criação, fusão e extinção de unidades jurisdicionadas bem como em relação aos aspectos orçamentários.

4.3 A contratação do serviço de **Vigilância Eletrônica** poderá atender outras unidades da **SRA/RS** e **Órgãos Jurisdicionados** que vierem a ser criados, transformados e/ou incorporados em virtude da publicação futura de um novo Regimento Interno do Ministério da Economia.

4.4 Para fins de mensuração do objeto a ser licitado por parte dos licitantes, a **SRA/RS** realizou uma **estimativa** do quantitativo total de sensores de abertura, sensores de presença e sensores de barreira, documento SEI 8728797, que **poderão ser utilizados na prestação de serviço de Vigilância Eletrônica considerando 21 (vinte e um) locais em 17 (dezessete) municípios**, conforme tabela abaixo:

ITEM COMPONENTE DO SISTEMA DE ALARME	QUANTIDADE (UNIDADES)

Kit Central de Alarme e Acessórios Principais	21
Sensores de abertura	794
Sensores de presença	127
Sensores barreira	90

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO A CONTRATAR

5.1 A **SRA/RS**, como gestora dos imóveis do Ministério da Economia no Estado do Rio Grande do Sul, possui a responsabilidade de garantir a incolumidade física das pessoas e a integridade do patrimônio nos seus imóveis e nos imóveis dos órgãos jurisdicionados, sendo que para atender a essa atribuição é necessária a contratação de empresa especializada no serviço de **Vigilância Eletrônica**.

5.2 Do ponto de vista orçamentário, o serviço de **Vigilância Eletrônica por Sistema de Alarmes** é uma alternativa de segurança patrimonial que pode reduzir drasticamente o custo dos órgãos públicos na contratação dos serviços de vigilância e vigia.

5.3 A Equipe de Planejamento da **SRA/RS** analisou mercado e verificou que a melhor alternativa para conservação da segurança dos imóveis do Ministério da Economia localizados no Estado do Rio Grande do Sul, **diante do atual cenário de alterações regimentais e orçamentárias, das unidades que compõem o Ministério da Economia**, é a contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de **Vigilância Eletrônica por Sistema de Alarmes**, com a disponibilização dos equipamentos em regime de comodato.

5.4 Portanto, por meio da contratação do serviço de **Vigilância Eletrônica**, busca-se garantir a segurança patrimonial nas unidades da **Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia - SRA/RS** e órgãos jurisdicionados, a fim de coibir ações de roubo, furto, vandalismo, sabotagens e outros delitos que por ventura venham a acarretar danos ao patrimônio, bem como prestar segurança aos profissionais que exercem as suas atividades nos locais.

5.5 Prevendo uma economia de escala pela vantajosidade da aglutinação das cidades em uma contratação de item único, a modalidade mostrou-se economicamente viável, pois caso existam empresas interessadas em contratar o serviço de **Vigilância Eletrônica**, os custos seriam repassados à administração com valores diferenciados para um único objeto, além da possibilidade de caso se obtivéssemos itens desertos, acarretariam novos procedimentos licitatórios, com custos administrativos para a União, além da escassez de recursos humanos vivenciada hoje na Administração Pública.

5.6 Em virtude da criação do **Ministério da Economia** no ano de 2019, a **SRA/RS** necessita formatar contratações que atendam os seus **Órgãos Jurisdicionados por meio da unificação de contratos similares com vigências distintas, considerando o contexto de indefinição orçamentária no Governo Federal**.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

6.1 A formação do preço de referência foi definida com base:

- a) Pesquisa de preços praticados no mercado (3 fornecedores);
- b) Pesquisa de preço em outros contratos da Administração, apenas como preço referencial pela Mediana, através do Portal de Compras do Governo Federal (Valor Estimado Unitário - não utilizado - **R\$ 1.920,00**), conforme documento SEI 9819313.

6.2 O valor estimado para a contratação do serviço de **Vigilância Eletrônica por Sistema de Alarmes** no período de **vigência de 20 (vinte) meses** está discriminado na tabela abaixo, conforme documento SEI 9819314:

Objeto	Quantitativo	Valor Estimado Unitário	Valor Estimado Mensal	Valor Estimado 20 meses
Serviço de Vigilância Eletrônica para a SRA/RS e Órgãos Jurisdicionados	21 locais	R\$ 1.238,92	R\$ 26.017,32	R\$ 520.346,40

6.3 O valor estimado para a contratação do serviço de **Vigilância Eletrônica por Sistema de Alarmes** no período de **vigência de 20 (vinte) meses** é de **R\$ 520.346,40** (quinhentos e vinte mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos).

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de **Vigilância Eletrônica**, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo, disponibilização de equipamentos em regime de comodato e suporte especializado para fins de conservação da segurança nas instalações da **Superintendência Regional de Administração no Estado do Rio Grande do Sul - SRA/RS** e Órgãos Jurisdicionados.

7.2 Os serviços a serem contratados possuem natureza continuada, considerando a sua essencialidade, porque visam assegurar de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, a segurança nas instalações para as quais os serviços estão sendo contratados. A interrupção dos serviços pode comprometer significativamente o cumprimento da missão institucional e a preservação do patrimônio.

7.3 O serviço de **Vigilância Eletrônica por sistema de Alarmes** contempla a prestação do serviço de monitoramento propriamente dito, a cessão dos equipamentos mediante comodato, a instalação dos equipamentos de segurança, o serviço de manutenção preventiva e corretiva e o serviço de pronta resposta.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

8.1 A contratação do serviço especializado de **Vigilância Eletrônica com a disponibilização de sistemas de segurança eletrônica mediante comodato** é a que melhor atende aos interesses e necessidades da Administração, tendo em vista a quantidade de localidades envolvidas. **(21 locais em 17 municípios).**

8.2 A realização deste procedimento unificado se justifica pela vantagem com o gerenciamento centralizado que implica benefício para a Administração. Haverá ganho de escala na realização da licitação para o serviço de **Vigilância Eletrônica** por parte da **SRA/RS**, uma vez que é possível para a Administração obter uma proposta mais vantajosa no que diz respeito ao custo da contratação.

8.3 Ademais, haverá economia de recursos financeiros, pois não serão duplicadas as publicações dos eventuais resultados de julgamento da licitação, dos extratos de contrato e termos de aditamentos.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

9.1 A contratação do serviço especializado de **Vigilância Eletrônica por meio do Sistema de Registro de Preços** objetiva alcançar os seguintes resultados:

- a) detectar presenças não autorizadas, quando o sistema de alarmes estiver ativado;
- b) comunicar ocorrências por meio sonoro através de acionamento de sirenes ou por meio de envio de sinais à central de monitoramento;
- c) tratar ocorrências informando aos responsáveis quando ocorrerem irregularidades;
- d) resguardar o prédio, instalações e demais bens móveis, bem como toda a documentação que tramita na **SRA/RS** e nos Órgãos Jurisdicionados;
- e) garantir minimamente a integridade física dos servidores que atuam nos órgãos quando no ambiente de trabalho;
- f) ganho de escala por meio da gestão otimizada dos contratos do **Ministério da Economia**; e
- g) redução significativa de custos organizacionais na área de vigilância.

10. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO AO AMBIENTE DO ÓRGÃO

10.1 Não se vislumbra necessidade de tomada de providência imediata para a adequação da solução a ser contratada e do serviço a ser prestado, sendo que cabe à Contratada fazer análise risco do local a ser protegido, análise das ameaças potenciais na região e da infraestrutura necessária para instalação dos equipamentos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

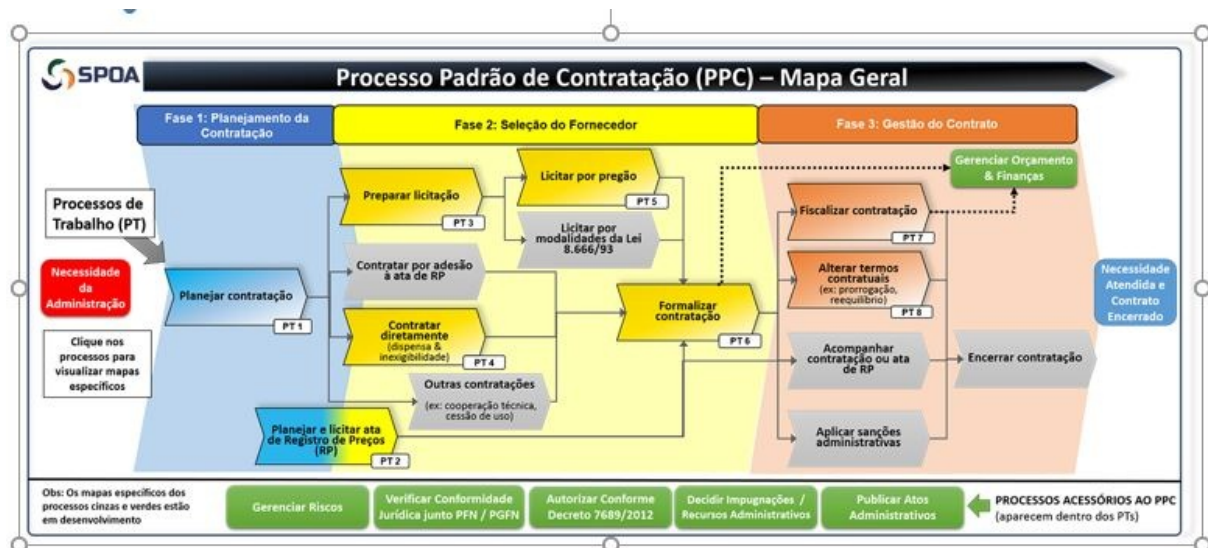
11.1 No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes, ou seja, os serviços em comento serão contratados de forma independente, mediante as devidas Autorizações.

12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA SOLUÇÃO

12.1 Diante do exposto nos elementos supracitados, constata-se que as necessidades do órgão diante da realidade orçamentária para o exercício seguinte estão aderentes às normas, leis e regulamentos vigentes. Sob o aspecto do equilíbrio econômico-financeiro também atendem princípios básicos e estão de acordo com os padrões de mercado praticados. Portanto, conclui-se que a contratação é viável.

12.2. A fiscalização do novo contrato será efetuada pela equipe de fiscais da SRA/RS, os quais já possuem a experiência necessária no acompanhamento da presente contratação com a fiscalização de contratos do Órgão Contratante.

APÊNDICE "A" DO ESTUDO PRELIMINAR PROCESSO PADRÃO DE CONTRATAÇÃO



APÊNDICE "B" DO ESTUDO PRELIMINAR MAPA ESTRATÉGICO SPOA



APÊNDICE II

MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR ANEXO V-B DA IN SEGES/MP nº 05/2017

Funcionalidade: Avaliação da qualidade dos serviços prestados de MONITORAMENTO ELETRÔNICO

Indicador nº 01 – Verificação mensal de falhas nos equipamentos de segurança	
FALHA DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA	
Item	Descrição
Finalidade	Verificar mensalmente a quantidade de situações nos quais os equipamentos de segurança apresentaram falhas no funcionamento.
Meta a cumprir	Integralmente, em todas as exigências e obrigações da contratada.
Instrumento de medição	Relatório de ocorrências.
Forma de acompanhamento	Através de conferência, por parte dos fiscais, no recebimento do relatório de ocorrências.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Quantidade de ocorrências.
Início de vigência	A partir do 2º mês da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- De 0 a 2 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura (cálculo: FATURA x 1); - De 3 a 4 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura (cálculo: FATURA x 0,95) - De 5 a 6 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura (cálculo: FATURA x 0,90) - De 7 a 8 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura (cálculo: FATURA x 0,85) - Acima de 9 ocorrências = 80% da meta = recebimento de 80% da fatura (cálculo: FATURA x 0,80)
Observações	Para ajuste de pagamento não será necessária a abertura de processo administrativo. Na aplicação das sanções será garantida a ampla defesa e o contraditório.

Indicador nº 02 – Medição do tempo de resposta das ocorrências	
TEMPO DE RESPOSTA DAS OCORRÊNCIAS	
Item	Descrição
Finalidade	Medir o nível de inexecução contratual e até que ponto este é tolerável para a Contratante.
Meta a cumprir	Atender as ocorrências de emergência no prazo estabelecido de trinta minutos.
Instrumento de medição	Relatório que compreenda o tempo de deslocamento do funcionário, desde a saída da sede da empresa até a chegada na unidade.
Forma de acompanhamento	Através de conferência, por parte dos fiscais, no recebimento do relatório.
Periodicidade	A cada ocorrência registrada.
Mecanismo de cálculo	Quantidade de ocorrências.
Início de vigência	A partir do 2º mês da prestação do serviço.
Faixas de ajuste no pagamento	- De 0 a 2 ocorrências = 100% da meta = recebimento de 100% da fatura (cálculo: FATURA x 1); - De 3 a 4 ocorrências = 95% da meta = recebimento de 95% da fatura (cálculo: FATURA x 0,95) - De 5 a 6 ocorrências = 90% da meta = recebimento de 90% da fatura (cálculo: FATURA x 0,90) - De 7 a 8 ocorrências = 85% da meta = recebimento de 85% da fatura (cálculo: FATURA x 0,85) - Acima de 9 ocorrências = 80% da meta = recebimento de 80% da fatura (cálculo: FATURA x 0,80)
Observações	Para ajuste de pagamento não será necessária a abertura de processo administrativo. Na aplicação das sanções será garantida a ampla defesa e o contraditório.



Documento assinado eletronicamente por **João Gurski Rodrigues, Chefe de Divisão de Recursos Logísticos Substituto(a)**, em 11/09/2020, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9966735** e o código CRC **20957B19**.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra
Atualização: Julho/2020

Referência: Processo nº 11080.101384/2020-11.

SEI nº 9966735